

## DE CARTÃO POSTAL À “ÁREA DE RISCO”: a (re)produção de Copacabana em meio a novas disputas e territorialidades

*Clara Polycarpo<sup>1</sup>*

### Resumo

Para além da praia extensa, dos quiosques e da música ao vivo, o calçadão internacionalmente reconhecido de Copacabana se mistura a banquetas de madeira que oferecem ao público os mais diversos acessórios eletrônicos, quitutes e bugigangas – ao mesmo tempo em que exalam cheiro forte de suor, sujeira e fritura, ao lado de papelões, colchões, cobertores e corpos pedintes miseráveis (e “perigosos”) pelas marquises e esquinas. A cena urbana de uma Copacabana do século XXI se atualiza repleta de conflitos, contradições e, claro, diferentes atores. Esta confusão material por entre as ruas e a diversidade de pessoas – em suas classes, trajetórias, cores, corpos e subjetividades –, põem em xeque os termos da distinção do bairro enquanto mapa simbólico da cidade e reorganizam as disputas de territorialidade na cidade através de diferentes concepções de segurança e novas formas de se fazer políticas. Este trabalho tem como foco observar a (re)produção do próprio bairro em contexto de *violência urbana e informalidade*, a partir do acompanhamento das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme, e os discursos e representações de camadas médias moradoras deste bairro a respeito do atual conflito urbano – em “soluções” para seus problemas de segurança e garantia de ordem pública.

**Palavras-chave:** violência urbana; políticas públicas; inimigos urbanos; camadas médias.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Contato: polycarpo clara@gmail.com

## 1. Introdução

*É um dia de real grandeza, tudo azul  
Um mar turquesa à la Istambul enchendo os olhos  
Um sol de torrar os miolos quando pinta em Copacabana  
A caravana do Arará, do Caxangá, da Chatuba  
A caravana do Irajá, o comboio da Penha  
Não há barreira que retenha esses estranhos  
(As Caravanas – Chico Buarque)*

Praia extensa com barracas de todas as cores, futevôlei, quiosques e música ao vivo, bares agitados, maré de carros, coberturas milionárias e um calçadão internacionalmente reconhecido se misturam com banquetas de madeira oferecendo ao público os mais diversos acessórios eletrônicos, tecidos esticados ao chão com bugigangas às vezes pouco identificadas, barracas, desta vez, exalando forte cheiro de fritura, ao lado de papelões, colchões e cobertores vigiados pelos mais variados – e novos – uniformes de segurança, compõem a cena de uma Copacabana do século XXI repleta de contradições e, claro, novos atores. Junto à confusão material por entre as ruas, a diversidade de pessoas – em suas classes, trajetórias, cores, corpos, idades e subjetividades – apresentam aos olhares atuais um bairro um tanto diferente daquele cantado pela bossa nova brasileira do último século.

Historicamente representada por alguns de seus moradores enquanto “*locus* das boas coisas da vida” (VELHO, 1973), Copacabana foi assim inventada e mantida, desde o final do século XIX com a abertura do Túnel Velho pela Companhia Jardim Botânico, como um espaço de distinção de uma identidade carioca, e até mesmo nacional, de elite e bons costumes, principalmente pelo privilégio natural das praias do atlântico, que passaram a ditar uma nova sociedade moderna e civilizada em progresso, em contraposição ao que era apresentado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, com multidão e confusão de poeira, de calor e de gente. A sociedade *cilense* – como se autodenominavam os moradores de Copacabana, Ipanema e Leme no início do século passado (O’DONNELL, 2013) –, reivindicou, desde a migração da elite aristocrata para a Zona Sul praiana e até então pitoresca (em diferenciação ao que eram os grandes palacetes de Botafogo) uma sociabilidade de relações familiares e cortesias que se propunha como um novo estilo de moradia, de moda e de bem-estar.

Com as influências europeias e, em seguida, norte-americanas neste ideário de modernidade e cosmopolitismo, Copacabana – e seus hotéis, cassinos e Copacabana Palace –

foi se erguendo e ampliando cada vez mais, inclusive, verticalmente. O estilo de vida *cilense* deveria ser, a partir de seus próprios idealizadores (incluindo políticos, capitalistas, médicos e celebridades), propagado internacionalmente como um “*cartão postal*”, como, portanto, marca da nova metrópole carioca moderna e capitalista, convidando a todos para conhecê-lo. Este convite, por outro lado, já desde meados dos anos 1930 – quando, há poucas décadas o bairro tinha começado a ser ocupado pela elite<sup>2</sup> –, expandiu seus resultados de uma forma não bem desejada pela elite exclusivista que ali residia. O comércio, os arranha-céus e suas dezenas de apartamentos e as novas modalidades de transporte urbano trouxeram à Copacabana uma classe média em ascensão que não carregava enquanto identidade os mesmos valores e distinções da então elite aristocrática (O’DONNEL, 2013), bem como visitantes de outras zonas da cidade do Rio de Janeiro que passavam a *manchar* a cena da famosa praia, juntamente com as favelas em um cada vez maior crescimento nos morros ao seu entorno.

Já no século XXI, portanto, as diversas mudanças da paisagem natural, urbana e humana de Copacabana põem em xeque os termos da distinção do bairro enquanto mapa simbólico da cidade. Com a atualização do “problema da favela” (VALLADARES, 2005) e da *violência urbana*, enquanto questão social, urbana (e de segurança), por exemplo, o cenário do bairro vai se reconfigurando a partir de novos conflitos, novas abordagens e novos atores em disputa pelos espaços da cidade, reelaborando a disputa pela construção da territorialidade e suas fronteiras na cidade. A noção de *violência urbana*, neste caso, por exemplo, diz respeito à sua articulação com a própria ordem social, como referência de modelos de conduta construídos simbolicamente no convívio social cotidiano (MACHADO DA SILVA, 2004). A ela se articulam os territórios da pobreza enquanto problema de urbanização e de habitação, que fazem crescer, por sob os morros do cartão postal, moradias e diversos “aglomerados subnormais” que atendem, de forma precária, as populações pobres de vista para o mar. Dessa forma, a um segmento da população – estes moradores dos territórios da pobreza – é atribuída uma certa “culpa” e, a partir de sua criminalização, este torna-se o tipo ideal do outro que precisa ser afastado a qualquer preço (MACHADO DA SILVA, 2010).

Por outro lado, porém, nas últimas décadas, como expressão da segregação urbana, espacial e social das sociedades complexas contemporâneas, na metrópole do Rio de Janeiro,

---

<sup>2</sup> Copacabana, desde o século XIX, era ocupada, principalmente, por populações de pescadores que, distantes do centro urbano, construíram espaçados casebres em meio ao arrabalde. Em seus morros, particularidade da cartografia carioca, se espalhavam também pequenos e pobres sítios. Quando a companhia de bondes, Companhia Jardim Botânico, expandiu seu empreendimento ao abrir o Túnel Velho, em 1892, a aristocracia botafoguense passou a também ocupar aquela área para seus passeios e piqueniques, como um espaço de beleza e saúde na cidade (O’DONNEL, 2013).

em especial – onde os seus próprios espaços urbanos reforçam a violência simbólica e institucional por meio das tortuosas passagens e metamorfoses comandadas pela lógica do liberalismo avançado (ROSE; MILLER, 2012) –, em conjunto com a *violência urbana*, a construção da figura de um *inimigo urbano* contemporâneo (GRAHAM, 2016) e, portanto, a identificação/representação dos corpos estranhos que passam a forçar e invadir as barreiras de prestígio e de classe na cidade, se atualiza também pela própria lógica da reprodução e acumulação capitalista, em que territorial e simbolicamente, espaços são apropriados (e controlado) a serviço do capital, formal ou informal. Como observado na nova cena urbana de Copacabana – cheia de barracas, bugigangas e corpos desconexos –, a confusão de material e de gente no meio da rua é também reflexo de uma estrutura social e de mercado associada ao trabalho assalariado e às suas formas de regulação (MACHADO DA SILVA, 1971), com o crescimento do que podemos chamar de *informalidade*.

Sobre esta ideia, dentre as teorias de modernização, da marginalidade e da dependência<sup>3</sup>, a *informalidade* sempre tendeu a focalizar, prioritariamente, os estratos mais desfavorecidos e a desenvolver, em torno deles, um debate sobre a natureza, as condições e os limites de sua integração econômica, lidos como adaptação desses grupos à estrutura social à qual pertencem. Neste caso, trabalhadores urbanos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, trabalhadores autônomos, “biscateiros” ou camelôs – ou seja, representantes do mercado não formalizado de empregos – ocupam agora o cartão postal, em atendimento, inclusive, aos próprios visitantes e turistas convidados há décadas atrás que se misturam e conflituam em meio à gestão de ilegalismos e diferentes modos e estratégias de vida tanto no trabalho quanto na ocupação do espaço urbano.

Neste artigo, proponho realizar uma breve atualização das representações de um grupo de moradores e moradoras de Copacabana sobre a (re)produção do próprio bairro em contexto de *violência urbana e informalidade*, com novas disputas e territorialidades, a partir do convívio enquanto atual moradora do bairro e, principalmente, enquanto pesquisadora a frequentar reuniões abertas do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme<sup>4</sup> desde 2017.

---

<sup>3</sup> Cf. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

<sup>4</sup> Os Conselhos Comunitários de Segurança, no Rio de Janeiro, foram criados em 1999, a partir da Resolução SSP Nº 263, com o objetivo de assessorar os órgãos de segurança pública em uma mediação com a comunidade. A ideia central do novo modelo de gestão passa a ser a Área Integrada de Segurança Pública (AISP) e cada AISP corresponde à área de um batalhão de Polícia Militar e uma ou mais Delegacias Distritais, tendo também seu Conselho Comunitário de Segurança. Em Copacabana, o CCS é fortemente ativo, e aberto à comunidade de Copacabana e Leme, debatendo demandas e realizando intervenções diretamente com os órgãos de segurança – e representantes políticos –, principalmente após o desmantelamento da política pública de *pacificação*, implementada na localidade em 2009.

As reuniões, que acontecem mensalmente no prédio do 19º Batalhão da Polícia Militar, contam não só com os representantes e agentes públicos a serem demandados no conflito urbano, mas também, é claro, com moradores e moradoras do bairro que, de forma associada ou não – mas sempre se apoiando em elementos distintivos de saudosismo/nostalgia aos tempos áureos de Copacabana ou em mera distinção de classe –, se organizam a fim de reivindicar o atendimento de suas denúncias e demandas que, como apresentado na cena inicial, circulam em torno de, basicamente: a) a população em situação de rua; b) o comércio ambulante e os trabalhadores informais; c) as favelas; e d) a presença de moradores de outras regiões da cidade – como o ponto de ônibus 474, com moradores que vêm do Jacaré<sup>5</sup>.

## 2. “Copacabana já é área de risco agora. Tinha que pagar [IPTU] diferente”<sup>6</sup>

Retirada de uma fala nativa transmitida em umas das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança das quais participei<sup>7</sup>, a categoria “*área de risco*”, utilizada aqui pelo morador em questão para identificar o então bairro historicamente nobre de Copacabana, pode ser lida, dessa forma, enquanto uma construção sociocultural recente que se apropria de julgamentos morais – e políticos. Normalmente associada a localidades de difícil acesso ou uso em razão, primeiramente, de riscos ambientais e, ademais, de insegurança pessoal, por violências e violações, ou de irregularidades – como as favelas que, comparadas nesta fala, não pagariam IPTU por não terem suas moradias regularizadas (ABRAMO, 2009) e por serem territórios tidos como violentos (ou violentados) –, essas “áreas de risco” não se limitam, como podemos perceber através deste discurso propagado em Conselho Comunitário, a estas centenas de favelas e periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro com inúmeras tensões entre conflitos e riscos, mas tendem a alargar seu território, atualizando novas fronteiras e espacialidades de acordo com seus usos cotidianos, que governam os modos de percorrer e

---

<sup>5</sup> Em meio a tantas demandas de ordem pública – que, segundo o presidente do Conselho, Horácio Magalhães, vêm a reverberar na segurança pública, sobrecarregando os policiais da Polícia Militar em problemas que poderiam ser atendidos de outra maneira – está também a reclamação, por parte dos moradores de Copacabana e Leme, do papel da Guarda Municipal em atendimento à população. Para tanto, vemos também o bairro passar a receber, de forma inovadora (e experimental), programas de segurança em parceria com outros órgãos públicos e agentes privados, como o *Programa Rio Mais Seguro e Vigilante*, em atuação desde dezembro de 2017.

<sup>6</sup> Fonte: POLYCARPO, Clara. Fala de Morador 3. **Relato do Conselho Comunitário de Segurança**, 18/07/2017 [acervo próprio]

<sup>7</sup> As reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana e Leme fazem parte do campo de minha pesquisa desde o mestrado, em 2017. Portanto, até o momento de apreensão dos dados para este trabalho, foram totalizadas 10 reuniões de acompanhamento e análise.

habitar os espaços da cidade (CAVALCANTI, 2010). No caso da Copacabana atual, a clara tensão entre o “*cartão postal*” imagético e a “*área de risco*” denunciada é percebida através da desvalorização, de acordo com alguns de seus moradores, do seu espaço distintivo com a invasão da marginalidade, da informalidade e de corpos diversos e desconexos.

A fim de elucidar esta tensão, portanto, trago aqui, de forma analítica, algumas das falas nativas nas quais pude perceber o ressentimento e insatisfação de alguns dos atuais moradores das camadas médias de Copacabana frente à diversidade de corpos, subjetividades e acessos no bairro. Desta forma, em discussão ao que brevemente expus a respeito da atualização da figura de um *inimigo urbano* contemporâneo, tais falas, transmitidas nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança, (re)produzem uma representação sobre o bairro que (ainda) tem intensas características distintivas e segregatórias, possivelmente reforçadas por novos mecanismos e dispositivos, que reforçam uma simbologia de valores e papéis em relação à posição do indivíduo na cidade (VELHO, 1994). As massas marginais – e até mesmo paupérrimas – e as redes de mercados e trabalhadores informais urbanos (MACHADO DA SILVA, 1971) são atualizadas há décadas como algo a temer – como veremos a seguir.

a) A população de rua

A população em situação de rua vem sendo apontada pelos moradores como um problema que se agrava desde a década de 1980 e, hoje, seria a principal responsável pelo tráfico e uso de drogas e pelo aumento dos assaltos nos dois bairros vizinhos, Copacabana e Leme, sugerindo-se, inclusive, toques de recolher e maior incidência (e violência) nos acolhimentos, com uma política de “*tolerância zero*”, por exemplo. Para um dos moradores de Copacabana – que, posteriormente, apresenta posição política conservadora e de “*linha dura*” –, o “*problema não é de polícia, é problema social, é questão econômica, porque crime muda de lugar*”, por isso seria necessário pensar em planejamento urbano e ocupação do espaço de forma digna, que, pra ele, não seria a favela nem as calçadas de seu bairro. Estes corpos que vagam, portanto, pelo “*cartão postal*”, não seriam dotados de subjetividade (nem identidade), pois ocupam os lugares de tráfego e transição, sendo, por um lado, invisibilizados e, por outro, incômodos, ao se exigir classificação e controle. Tais corpos parecem não possuir funcionalidade na lógica do sistema, e apenas ocupar o espaço público da cidade, sem direito a utilizá-lo – por não terem capital para consumo, força para trabalho ou se enquadrarem no perfil de “*cidadãos pagadores*” ao Estado. Em comparação, por exemplo, diferentemente dos coletores informais da cidade de Buenos Aires, descritos por Agüero e Perelman (2017), que existem e servem à cidade mesmo

sendo invisíveis aos moradores dos bairros por onde passam, a população em situação de rua custa à cidade e à sociedade, com sua vadiagem e os perigos de sua existência, principalmente na Zona Sul – onde os “imaginários urbanos” são disputados a partir do que, por exemplo, *deveria ser* a cidade.

Há, constantemente, uma crítica dos moradores à política de acolhimento realizada pela prefeitura, sob o pretexto de que não deve haver compulsoriedade, mas “*que interpretação da lei assegura a ele o direito de permanecer na rua naquelas condições?*”, afinal, “*se a prefeitura não resolve o problema, o cidadão resolve*”<sup>8</sup>, pois o “*Estado está falido, não podemos esperar dele*”<sup>9</sup>. Atualmente, inclusive, este, que seria um problema social, tem refletido cada vez mais em um problema de segurança pública, pois os “moradores de rua” estão tendo o hábito de permanecer na porta de bancos e, dessa forma, os “cidadãos” transeuntes se sentem constrangidos e inseguros sobre a possibilidade de uma abordagem e/ou de um assalto, pois são pessoas “*aparentemente em condição de rua, mas de butuca, neste caso*”, segundo morador. Diante da situação, tem havido propostas de ocupação do espaço com jardins e/ou iluminação, em parceria com bancos e iniciativa privada, para impedir a permanência de qualquer pessoa.

Para um morador (e representante do projeto “Arpoador Seguro”), “*morador de rua já deixou de ser ordem pública e passou a ser segurança pública, não temos que ter pena de ninguém*”, enquanto para outro fica o questionamento “*será que não tem uma casa no morro pra colocar o pessoal de rua?*” – e, dessa forma, a questão não é solucionar o problema, enquanto problema social, mas apenas tirá-lo da porta de sua casa (ELIASOPH, 1997). Por exemplo, quando há operação da Secretaria de Assistência Social, que, ainda assim, acontece de forma sazonal, comentam moradores, no dia seguinte a população de rua retorna, pois eles são “*chatos e insistentes*”, portanto “*tem que estar aborrecendo eles também*”, comenta outro morador.

E a situação se agrava quando passam a considerar a condição de usuário de drogas às pessoas em situação de rua, visto que, para muitos moradores representados neste Conselho Comunitário, “*Copacabana está virando a nova ‘Cracolândia’*”, com adultos e crianças em situações deploráveis de vício, “*fazendo sexo na rua, enquanto eu preciso dormir*”, segundo relatos. Para o morador e representante no Conselho, na realidade, sob a “*égide de excluídos socialmente, estão criminosos foragidos da justiça*”. O que faz muitos se questionarem “*Qual a política de drogas aplicada no Brasil e no Rio? Usuário de maconha e cocaína é conduzido*

---

<sup>8</sup> Id.

<sup>9</sup> Enquanto um morador, durante reunião de Conselho, exprime tal comentário, nas cadeiras, uma outra moradora vocifera “*Morram os funcionários públicos!*”.

*à força à delegacia, e usuário de crack não é crime, e não pode pedir nem pra circular ou conduzir à delegacia?”*, apontando, mais uma vez, para a atuação dos órgãos públicos no controle da população de rua enquanto população usuária, aplicando, mais enfaticamente as punições da política de drogas. Ademais, questiona outra moradora, *“qual o critério para tirar uma criança menor de 7 ou 14 anos de forma compulsória?”*, *“minha filha até hoje se for pra bater eu bato, na linha”*, o que traz a reflexão de que, para muitos moradores de Copacabana e Leme, que, em sua grande maioria, possuem uma família minimamente estruturada e não passam muitas dificuldades, os problemas deveriam ser resolvidos como se fossem “dentro de casa”, a partir do que, em seu meio, eles aceitam como viável ou não.

b) O comércio ambulante e os trabalhadores informais

Segundo demandado pela maioria dos moradores presentes nestas reuniões, tem havido um crescimento desenfreado dos camelôs em Copacabana – *“não dá pra andar na Nossa Senhora de Copacabana”*, comenta uma moradora –, sob a denúncia de que muitos deles estão contrabandeando mercadoria roubada ou falsificada, o que seria injusto com as lojas que, no caso, pagam impostos. Aqui, mais uma vez, a funcionalidade do corpo (pagante, por exemplo) sobrepõe-se à sua subjetividade, pois o direito à sua existência na cidade está intrinsecamente relacionado ao que produz ou ao que serve. Nesta lógica de hierarquização, para muitos representantes, o atual prefeito Marcelo Crivella, diferentemente do anterior prefeito Eduardo Paes, tem adotado uma política de tolerância aos trabalhadores informais em razão da crise econômica atual, porém, a informalidade, para eles, acaba prejudicando o mercado formal, ao gerar concorrência desleal com o mercado estabelecido, visto que o camelô não faz parte da cadeia produtiva – acreditando, portanto, que o trabalho informal, com pouca regulação do capital, não seria trabalho produtivo, o que é um erro, porém, uma conveniência (MACHADO, 1971). Ademais, não haveria fiscalização de regularização de mercadoria e nem atendimento da vigilância sanitária, o que acabaria causando ainda mais desordem e insalubridade ao bairro – ambulantes fazendo xixi nas árvores e jogando dejetos e restos de comida na calçada –, segundo moradores, o que fere o alicerce da civilidade urbana e o imaginário de uma cidade ordenada.

Há a reclamação também de que, no início do mandato do então prefeito houve uma audiência com os ambulantes e trabalhadores informais e que, até aquele momento, os moradores de Copacabana não teriam conseguido apresentar suas demandas e propostas. Neste caso, há uma grande insatisfação destes moradores em relação à contraposição de atendimento

entre “aqueles que têm algo a perder” *versus* “aqueles que não têm nada a perder”, reforçando, neste caso, a divisão e o conflito de classes. Para serem ouvidos, estes moradores buscam – ao menos nas falas de algumas reuniões dos Conselhos – se organizar, em manifestações ou através de seus contatos midiáticos e políticos, para denunciar o descaso do governo em relação ao bairro, reivindicando a retirada dos ambulantes e dos “moradores de rua”, pois as “*milícias urbanas*” já instaladas “*estão capturando o símbolo do Rio*” – tendo o bairro, então, como “cartão postal” – através da “*ocupação ilegítima do espaço público*” com suas barracas e bugigangas. Para um dos moradores, é necessário “*tomar uma medida, de um jeito ou de outro – a gente se sente preterido, porque com o cidadão que paga impostos não consegue nada, mas com os outros não se pode fazer nada*”. Essa sensação de insatisfação cresce com a medida de aumento do IPTU para o bairro de Copacabana<sup>10</sup>, sob o pretexto da prefeitura de que quem mora em Copacabana é “privilegiado”, o que os moradores, hoje, discordam, como diz o então presidente do Conselho: “*Era. Já foi. Agora não mais. Como o Leme. Era verde e maravilhoso antes da Babilônia. Agora tem que dormir no chão por conta de tiroteio. Penalizar cidadão que já está sendo penalizado é injustiça tributária*”, ao se colocar, portanto, enquanto vítima da situação – em comparação, inclusive, com a situação da favela e seus moradores. A cidade, sob este ponto de vista, não é direito para quem a ocupa, trabalha e vive, mas apenas para quem paga por ela. Dentre estes trabalhadores, neste caso, camelôs, a *marginalidade* atribuída ao seu trabalho não necessariamente é ilegal, portanto: alguns destes, justamente pela mediação da prefeitura, possuem licença de venda de seus produtos, sendo cadastrados enquanto vendedores ambulantes (microempreendedores)<sup>11</sup> – mesmo que, em muitos casos, acabem por vender outros produtos não formalizados, de fato, gerindo as fronteiras entre o legal e o ilegal no espaço urbano (HIRATA, CARDOSO, 2017).

c) As favelas

O planejamento urbano retoma a favela enquanto “problema” quando em reclamação de seu crescimento e denúncias de que “*há mansões na favela*” – em decorrência do mercado informal do solo nestas áreas (ABRAMO, 2009) – ou então que “*vans estão ocupando a vaga de moradores do bairro*” (como se a favela, portanto, não fosse bairro). Mas é ainda através

---

<sup>10</sup> Cf. O GLOBO. **Carnês do IPTU chegam com aumentos de pelo menos 60% na Zona Sul do Rio**, 17/01/2018 [online]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnes-do-iptu-chegam-com-aumentos-de-pelo-menos-60-na-zona-sul-do-rio-22298208>> Último acesso em: 08/09/2019.

<sup>11</sup> Cf. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

dos tiroteios – como em um momento em que uma moradora levou o projétil que atingiu seu prédio sob o discurso de que “*só a UPP não tá conseguindo segurar, que o BOPE se faça presente*” – e por reclamações de bailes funks<sup>12</sup> e de crescimento imobiliário desordenado, que a favela é reforçada enquanto indesejável pelos moradores de seu entorno.

Em relação à sensação de (in)segurança nos bairros, por exemplo, um morador “linha dura” argumenta, em comparação, que “*Copacabana é cartão de visita do Brasil, tinha que ter condição especial sim [com CHOQUE, BOPE e Forças Armadas]! O bairro está uma favela, não dá mais!*”, e é aplaudido pela maioria. Em seu discurso, este morador reafirma a desvalorização do bairro frente à onda de marginalidade e criminalidade, “descendo” a favela para o bairro, de forma contaminosa e nociva. Quando, portanto, a desordem (e o perigo) aparece nos bairros de classes médias e altas, a relação com a favela, enquanto propagadora desta desordem, é imediatamente aplicada. O então presidente do Conselho ainda reconhece, por um lado, que tem se cobrado bastante do 19º Batalhão, pois “*a situação está muito complicada nas comunidades*”, e para tanto, tem-se pedido o auxílio também do CHOQUE e do BOPE, pois não é um problema de fácil resolução “*que traz reflexo pro asfalto*”. Segundo ele, “*vai ter confronto, abrir incisão, ter trauma lá em cima, não pode é deixar do jeito que está*”, ao se referenciar às favelas – agora como algo minimamente distante – e à necessidade de atuação da Polícia.

Para alguns moradores do bairro de Copacabana e Leme, portanto, a regulação (e regularização) da moradia é uma exigência ao governo municipal enquanto planejamento urbano, visto que a autoconstrução de moradias populares (KOVARICK, 1980) e o crescimento imobiliário do mercado informal do solo (ABRAMO, 2009) vem trazendo muitos problemas para o bairro como um todo – inclusive, problemas de segurança, ao ampliar os territórios da pobreza e da criminalidade (neste caso, sempre relacionáveis). Desta forma, a solução da política habitacional seria a construção de habitação social, como conjuntos habitacionais em áreas distantes dos centros e dos cartões postais, e a, então, remoção das favelas, oficialmente as “áreas de risco” à cidade.

Esta categoria “*área de risco*”, por outro lado, também é apropriada, como demonstrado, pelos próprios moradores em razão da então desvalorização do bairro de Copacabana, que “*estaria virando uma favela*”, apontando a limiaridade (CAVALCANTI, 2010) dos territórios da cidade em suas subjetivações e segregações. Sob um ponto de vista urbanístico, em um

---

<sup>12</sup> Para além do “barulho” dos bailes funks das favelas, uma demanda bastante levantada pelos moradores do Leme é a situação dos quiosques e dos bares que, segundo a atual Presidente da AMA Leme, Déa Maria, chegou à Câmara de Vereadores com o pedido de não autorização de músicas na orla.

sentido estrito, a proximidade às “favelas” ou às diferentes “áreas de risco” atualizadas e aquelas tidas como privilegiadas, vêm sofrendo alterações. É o caso de ruas como a Rua Sá Ferreira e Saint Roman e praças como a Praça do Lido e a Praça Cardeal Arco Verde, em Copacabana, que, pela proximidade com as favelas e/ou pela presença de “moradores de rua” e de camelôs vêm recebendo denúncias pelos moradores no Conselho Comunitário de Segurança, que exprimem, inclusive, o desejo de se mudar de lá, pela confusão, pelo barulho e pela sujeira destes corpos estranhos e indesejáveis.

c) As paradas de ônibus da Zona Norte

A Zona Sul da cidade, e, principalmente, Copacabana, pelas suas praias e áreas de lazer, tem sido, desde muito, área de encontro dos diversos moradores da cidade do Rio de Janeiro, graças à mobilidade e acesso à cidade e suas atrações, como comentado anteriormente. Porém, pelo perfil dos seus moradores e os privilégios que estes bairros possuem frente a todo restante da cidade, justamente esta mobilidade vem sendo cerceada. É o que acontece, por exemplo, com a mudança dos pontos de ônibus oriundos das Zona Norte e Oeste, que, de forma recorrente, limitam o acesso às praias e aos shoppings da Zona Sul, e é, constantemente, pauta nos Conselhos Comunitários de Segurança. “*É a ‘linha do terror’. Não vou generalizar, mas todo mundo sabe que é frequentada por delinquentes que vêm para cá cometer roubos e furtos*”, diz o então presidente da Associação de Amigos de Copacabana e do Conselho Comunitário de Segurança, em entrevista ao Jornal O Globo, em 2016<sup>13</sup>. Segundo ele, em reunião do Conselho em 2017, “*tem metrô ainda*” – fazendo, assim, mais uma vez ser questionada, possivelmente, a atualização das representações sobre o atual *inimigo urbano* neste território, sendo aquele que deve ficar recluso e distante dos acessos e do direito à circulação na cidade. E, como dizem os moradores, o “*problema é a saída da praia aos finais de semana, dos marginais*”. A marginalidade, portanto, ampliada para as fronteiras periféricas da cidade, é não só segregação socioespacial como problema de segurança.

A “Operação Verão”, operação de policiamento ostensivo nas praias cariocas durante o verão, em razão do aumento de sua movimentação e mobilidade na cidade, é também apresentada e discutida no Conselho Comunitário de Segurança como uma “*questão e problema que envolve todos nós, não só Polícia Militar, Judiciário e afins, mas outras instituições, é uma situação que aflige todo mundo*”, como comenta o Major responsável. Eles têm analisado

<sup>13</sup> Cf. O GLOBO. **Moradores de Copacabana protestam contra mudança do ponto final do 474**, 04/01/2016 [online]. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/moradores-de-copacabana-protestam-contra-mudanca-do-ponto-final-do-474.html>>. Último acesso em: 08/09/2019.

imagens de ônibus de moradores de comunidades específicas que se deslocam até o Arpoador, ressaltando que várias pessoas que vêm dessas comunidades praticam crimes na região, sendo necessário uma maior atenção e um maior monitoramento da movimentação desses indivíduos. Para ele “nenhum morador [de Copacabana ou Arpoador] tem interesse de saber que foram presas 150 pessoas, mas quer saber que não ocorra o crime”, por isso é necessária uma ação preventiva.

Uma ação estratégica estaria, portanto, sendo trabalhada, em parceria, inclusive, com as empresas de ônibus, em sua escolta preventiva, e com maior aproximação com a Guarda Municipal – inclusive em novo programa de segurança pública –, visando alinhar as ações de modo a “não segregar e evitar preconceitos”. Em conjunto, haveria parceria com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, bem como com o Conselho Tutelar, para tratar da população mais vulnerável. Como justificativa, o presidente do Conselho diz que “grupos se valem da condição numérica para obter vantagens de forma ilícita”, reforçando um discurso do “morador vítima”, que “precisa de respostas, pois até desenvolverem todas as políticas... o problema já está aí e não podemos aguardar!”. Para ele, tem que haver uma “ponderação de interesses do cidadão de ir e vir e o do morador também, qual direito tem que preponderar?”, fazendo com que haja uma hierarquização, portanto, de qual cidadão e de qual vida “vale mais” para ser melhor considerada e receber os seus privilégios – ou simplesmente, o seu direito de transitar pela cidade (LEFEBVRE, 2011; PHADKE; RANADE; KHAN, 2009).

### 3. Considerações finais

A diversidade de corpos, trajetórias, cores, atividades, estratégias e identidades no espaço urbano de um bairro nobre da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, não só apresenta o conflito urbano do século XXI, nas suas novas intersecções com o trabalho e formas de vida, principalmente, nas metrópoles do capitalismo contemporâneo, mas o conflito enquanto desordem a ser agenciada através da gestão (e delimitação) das legalidades em meio à representação da *violência urbana*. Ou seja, neste cenário, até meados do século XX vendido como distintivo e bem ordenado sob a lógica do progresso e da civilidade, a interação com outros tipos de “gente” e de estratégias de vida é algo disruptivo que choca as barreiras da “limiaridade” do espaço urbano (CAVALCANTI, 2010), agora ocupado e enfrentado pelos *inimigos urbanos*, operando, portanto, também de modo a classificar pessoas e associar suas

características ao espaço. Esta reconfiguração pode inaugurar toda uma série de disputas, bem como acirrar outras já em andamento na dinâmica do processo urbano.

Neste reordenamento, as concepções sobre espaço e segurança se atualizam na reivindicação de características distintivas e contraditórias a partir de uma metáfora de risco e de desvalorização do que se tem enquanto imaginário de uma área nobre. Ao relacionar, por exemplo, Copacabana como “*área de risco*”, “*favela*”, “*Crackolândia*” em seus discursos, vide à interação com outros corpos e classes do entorno do bairro, os moradores de Copacabana expandem as fronteiras “limiaries” de espaço, nos dois sentidos: favela-bairro, bairro-favela. De certo que os acessos entre estes espaços sempre existiram, porém, a “tomada” do bairro pela favela, nas suas características marginais e informais, segundo os moradores, por exemplo, é ameaçadora. A informalidade e a ideia de marginalidade, neste caso, não estão apenas territorializadas nas favelas, mas *favelizando* o próprio bairro, identificadas pela não regulação do trabalho e da moradia de homens e mulheres estranhos e não pertencentes aquele lugar.

A cidade – e, principalmente, as metrópoles urbanas da supermodernidade (AUGÉ, 1994) – é, porém, movimento, fluxo, rede e transição. O próprio indivíduo tipicamente urbano, é considerado também estrangeiro/visitante (AGIER, 1997), por todas as subjetividades e distâncias interacionais e relacionais que transformam os próprios territórios da cidade através de suas identificações. É esta disputa que está sendo travada constantemente enquanto conflito de classes e enquanto lógica mercadológica das cidades e suas regiões de interesse – com suas funções na distribuição da população e das atividades urbanas<sup>14</sup> –, ao chocar as *limiaridades* dos territórios, das identidades e das representações no fenômeno urbano. Os diferentes imaginários urbanos (AGÜERO; PERELMAN, 2017), de uso e memória, se conflituam através destas representações e da capacidade de disputa material pela pluralidade de existências e identificações na construção contínua do espaço urbano.

A partir, portanto, deste estudo de caso, podemos reconhecer o que esperam alguns dos moradores mais ativos do “*cartão postal*” do Rio de Janeiro, ao tomar frente, de forma autônoma, dos seus interesses: uma reprodução constante da elitização e segregação socioespacial, em diferentes enclaves, físicos e simbólicos – como a própria representação e narrativa sobre o “crime”, a criminalidade e a (in)segurança passível de controle urbano e policial (CALDEIRA, 2000) –, que não estão apenas na imposição de uma criminalização e consequente militarização dos territórios da pobreza, mas se agravam na demanda cada vez maior por uma “cidade securitária” (HIRATA, 2012), para controle e delimitação de seu

---

<sup>14</sup> Id.

território e de sua identidade. Um exemplo da atuação e da operacionalização deste imaginário urbano é o *Programa Rio Mais Seguro e Vigilante* – cooperação anunciada pela Prefeitura do Rio, em 2017, e implementada no mesmo ano em Copacabana, bairro-piloto<sup>15</sup> –, que impõe maior restrição de acesso à cidade ao atualizar as barreiras “*limiães*” de espaços – subjetividades e identidades – cerceando e criminalizando seus diferentes usos e ocupações através de policiamento ostensivo da Polícia Militar e da Guarda Municipal, em ação integrada com outros órgãos. O projeto *Rio+Seguro*, em atuação desde dezembro de 2017 em Copacabana e Leme por iniciativa parlamentar do vereador Marcelo Arar (PTB), morador do bairro, tem como principal objetivo o atendimento de casos relacionados à desordem urbana, como a fiscalização do comércio informal e ilegal, a ocupação irregular de calçadas pelas pessoas em situação de rua, e a perturbação do sossego. Sob este olhar, novas dinâmicas de acesso e uso vão sendo percebidas e a análise do processo urbano vem a ganhar outras problematizações.

---

<sup>15</sup> RIO PREFEITURA. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017-2020 – Rio 2020: mais solidário e mais humano**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2017.

#### 4. Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Pedro. O mercado informal do solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre, ANTAC. Coleção Habitare, 2009.
- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- AGÜERO, Gala; PERELMAN, Mariano. Desigualdad, imaginários y escala urbana. In: GRAVANO, Ariel; VERA, Paula (eds.). *Imaginarios y representaciones sociales de lo urbano*. Bogotá. Ediciones RIIR-USTA, 2017.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.
- CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada. In: *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAVALCANTI, Mariana. Sem morro, varandão, salão, 3dorms: a construção social do valor em mercados imobiliários “limiaries”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 1, n. 28, 2010.
- ELIASOPH, Nina. “Close to Home”: The Work of Avoiding Politics. *Theory and Society*, v. 26, n. 5, Oct. 1997.
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 56, 7 de março de 2012 <<https://diplomatique.org.br/a-producao-das-cidades-securitarias-policia-e-politica/>>.
- KOWARICK, Lúcio. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In: *A espoliação urbana*. Editora Paz e Terra, pp.55-74, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2011.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 288-300, maio/ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. (Dissertação de mestrado). PPGAS/MN/UFRJ, 1971.
- \_\_\_\_\_. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

O' DONNEL, Júlia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PHADKE, Shilpa; RANADE, Shilpa; KHAN, Sameera. Why loiter? Radical possibilities for gendered dissent. In: BUTCHER, Melissa; VELAYRITHAM, Selvaraj (eds.). *Cultural resistance in Asia's Cities*. London and NY: Routledge, 2009.

RIO PREFEITURA. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017-2020 – Rio 2020: mais solidário e mais humano*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2017.

ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. Poder político além do Estado: problemáticas de governo. In: *Governando o presente*. São Paulo: Paulus, 2012, pp. 70-104.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.